

Folha de S.Paulo cria ranking de universidades e atrai polêmica

INSTITUIÇÕES APONTADAS POR JORNAL COMO FAVORITAS DO MERCADO TIRARAM ZERO EM QUALIDADE DE ENSINO **Por Carlos Orsi**

O jornal *Folha de S.Paulo* publicou, no início de setembro, um caderno especial com seu ranking de universidades brasileiras. Nele, a Universidade de São Paulo (USP) aparece em primeiro lugar. Universidades públicas ocupam as 12 primeiras posições, sendo quatro estaduais (USP, Unicamp, Unesp e Uerj) e as demais, federais. A Unicamp aparece em quinto lugar.

Inspirada na metodologia de rankings internacionais de prestígio, e principalmente pelo trabalho da revista britânica *Times Higher Education* (THE), a escala elaborada pelo jornal se vale de uma série de critérios mensuráveis que, dotados de pesos específicos, acabam por compor a nota final de cada instituição ranqueada.

A *Folha* também criou um site onde o internauta pode, ainda que de modo limitado, manipular os pesos dados aos critérios individuais, elaborando rankings alternativos e, até certo ponto, personalizados.

Mas a forma como os critérios de qualidade usados para a definição do ranking foram escolhidos e implementados atraiu críticas. De dentro da própria *Folha*, o físico Rogério Cezar de Cerqueira Leite, membro do Conselho Editorial do jornal e professor emérito da Unicamp, criticou a escolha de parâmetros que crescem em proporção ao tamanho físico da instituição. “Assim, uma universidade de qualidade mediana, se for muito maior que outra de boa qualidade, estará mais bem classificada que outra de boa qualidade. Qualquer programa de avaliação de universidade deveria identificar a grande universidade, não a universidade grande”, escreveu ele, em artigo publicado pelo diário.

A forma como foi apurado o critério de “mercado” – uma medida da reputação das universidades frente aos empregadores – também foi alvo de ataques. O físico Leandro Tessler, professor da Unicamp, instituição que ficou em 42º lugar nesse item, apontou a inconsistência entre o ranking parcial elaborado com base nesse único indicador e as notas da categoria que pretendia medir a qualidade de ensino: muitas das universidades apontadas pela *Folha* como favoritas do mercado haviam tirado nota zero no quesito de qualidade.

“A metodologia usada para medir a Avaliação do Mercado é de uma ingenuidade incompatível com sua pretensão de orientar políticas públicas.

Foram entrevistados por telefone 1.212 responsáveis por recursos humanos em empresas de diversas áreas. Foram pesquisados 20 cursos. Cabe notar que a maior parte dos cursos está presente prioritariamente nas universidades privadas. A Unicamp não oferece graduação em pelo menos 8 desses cursos.

Nada mais óbvio que não seja lembrada – aliás, assim como muitas das universidades públicas, que só detêm 25% da matrícula em graduação”, escreveu ele.

Apesar das críticas a alguns dos critérios usados e à forma como parte desses critérios foi apurada, no entanto, a iniciativa do diário paulista foi, no geral, bem recebida. Diversos especialistas em educação superior já haviam se manifestado contra o fato de o Brasil, até a publicação da iniciativa do jornal, contar com apenas um ranking de universidades, o elaborado pelo MEC.

**Especialistas
havam se
manifestado contra
o fato de o Brasil,
até a iniciativa
do jornal, contar
com apenas um
ranking, o do MEC**

No Reino Unido, site oferece ferramenta para comparar cursos

WHICHUNI TEM INFORMAÇÕES DE 283 INSTITUIÇÕES, COMPREENDENDO MAIS DE 30 MIL CURSOS

Enquanto, no Brasil, a publicação do primeiro ranking não-estatal de instituições de ensino superior dá margem a polêmica, no Reino Unido – terra da revista *Times Higher Education*, responsável por uma das mais tradicionais classificações internacionais de universidades – entra online um serviço que permite fazer a comparação direta entre 283 instituições, compreendendo mais de 30 mil cursos.

O site, chamado WhichUni, é parte do grupo Which?, uma empresa online que presta serviços de orientação ao consumidor, incluindo seções de teste e de avaliação de produtos, como cafeteiras e barbeadores elétricos.

No caso do WhichUni, o pe-

dido de comparação entre universidades oferece fichas com informações como o custo da anuidade, os principais meios de acesso abertos a novos estudantes, se os cursos são integrais ou de meio período, a capacidade de retenção de alunos (por exemplo: em Oxford, 90% dos estudantes voltam para o período letivo seguinte ou se formam com o grau desejado, ou superior; já na Universidade do Oeste da Escócia, essa taxa é de 39%) e o destino da maioria dos formados – se pós-graduação, um emprego ou se ficam desempregados.

O usuário também pode acessar fichas individualizadas de cada instituição, onde informações aparecem de modo

mais detalhado: além de informar que o destino da maioria dos formados de uma determinada universidade é o mercado de trabalho, a ficha diz ainda que tipo de emprego é mais comum entre os egressos – se saúde, engenharia, profissões liberais etc.

O serviço também se vale dos resultados da Pesquisa Nacional de Estudantes, que é realizada no Reino Unido desde 2005 para determinar o que os alunos pensam das instituições de ensino superior onde estão matriculados. O WhichUni oferece a proporção de alunos que respondeu “sim” a perguntas como “os professores dão boas explicações” ou “o curso é intelectualmente estimulante”. **(C.O.)**

Mulheres são maioria com diploma universitário, mas homens dominam mercado de trabalho

BRASILEIRAS SÃO MAIORIA EM ÁREAS COMO EDUCAÇÃO, SAÚDE E DIREITO E MINORIA EM ENGENHARIA E CIÊNCIA

A proporção de mulheres brasileiras com títulos acadêmicos de nível superior é maior que a de homens – a parcela da população feminina adulta com diploma é de 12%, ante 10% da masculina – mas esse dado sofre uma inversão no mercado de trabalho. Quando se ana-

lisam as pessoas que atuam em funções de nível superior, 91% dos homens estão empregados, contra 81% das mulheres.

Os números fazem parte da mais recente edição do relatório *Education at a Glance*, publicado pela OCDE (Organização para a Cooperação e o Desen-

volvimento Econômico). Embora o Brasil não seja membro da OCDE, formada majoritariamente por nações europeias, os dados do País foram incluídos no relatório para fins de comparação.

O descompasso brasileiro entre a proporção de mulheres formadas e de mulheres empregadas acompanha a tendência registrada, também, dentro da OCDE. Em média, 32% das mulheres adultas dos países-membros têm nível superior, ante 29% dos homens, mas “as taxas de emprego das mulheres são menores que as dos homens, sem exceção, em todos os países” da organização.

A diferença média é de nove pontos percentuais, mas há casos em que ela supera os 20 pontos. O país que mais se aproxima da igualdade é a Noruega, com 91% dos homens adultos diplomados empregados, ante 89% das mulheres. Países como Canadá, Japão, Nova Zelândia e EUA têm mais mulheres com nível superior do que a média da OCDE, mas a presença dessas mulheres no mercado de trabalho fica abaixo da média da organização.

O relatório propõe medidas como um aumento da disponibilidade de serviços de creche ou subsídios para a educação infantil como um benefício à trabalhadora. “A remoção de barreiras que impedem a participação de mulheres altamente qualificadas no mercado de trabalho poderia beneficiar o crescimento econômico”, diz o texto.

RENDA

Dos países analisados pelo relatório, o Brasil ainda é, como apontado no trabalho divulgado ano passado, aquele onde o diploma universitário mais agrega renda: um brasileiro formado em curso superior pode esperar ganhar, em média, 2,5 vezes mais que um brasileiro que tenha apenas completado o ensino médio, e quase três vezes mais que um cidadão sem ensino médio completo. Na OCDE, as taxas são de 1,6 (sobre ensino médio

completo) e 1,9.

O relatório nota que o ganho de renda se mantém a despeito do aumento no número de pessoas qualificadas por ensino superior: “A tendência dos dados (...) sugere que a demanda por indivíduos com educação terciária acompanhou o aumento da oferta na maioria dos países”.

Embora a formação superior aumente a renda em ambos os sexos, os homens ganham mais com cada nível educacional alcançado: a renda de um brasileiro com diploma universitário pode ser até 2,7 vezes superior à de um que só tenha ensino médio, e 3,2 vezes maior que a de um homem

sem diploma colegial, mas a mulher ganha 2,6 a mais que uma com ensino médio, e 3,1 a mais que uma mulher sem esse grau de instrução.

As mulheres também demoram mais para atingir seu potencial máximo de renda: a faixa etária mais bem remun-

nerada, para as detentoras de diploma, é a de 55 a 64 anos. No caso dos homens, a renda é maior entre 25 e 34 anos, declinando depois, a partir dos 55. A pior situação, no Brasil, é a da mulher sem ensino médio: sua renda é 47% da obtida por uma mulher com diploma colegial (no caso dos homens, 53%).

No geral, a mulher brasileira com nível superior ganha, em média, apenas 61% do que ganha um homem com o mesmo nível de instrução. Na média da OCDE, a renda da mulher com nível superior é 72% da do homem. Os países mais próximos da igualdade são Reino Unido (82%) e Espanha (89%).

ESCOLHA DE CARREIRA

No Brasil, 40% dos meninos e 50% das meninas de 15 anos esperam ter uma carreira no campo da ciência ou da engenharia, de acordo com o relatório da OCDE. Na média dos países da organização, as taxas são de 33% em ambos os sexos. A discrepância é maior na área de saú-

**No Brasil, em 2010,
63% de todos os
títulos acadêmicos
de nível superior
foram concedidos a
mulheres**

de: apenas 14% dos meninos brasileiros se veem atuando nesse setor, ante 32% das meninas. Na média da OCDE, os números são 7,4% e 19,7%, respectivamente.

No Brasil, em 2010, 63% de todos os títulos acadêmicos de nível superior foram concedidos a mulheres. Elas são maioria – representando de 52% a 77% do total de títulos – nas áreas de Educação; Humanidades e Artes; Saúde; Ciências Sociais, Direito e Administração; e Serviços. Tornam-se minoria, no entanto, nos setores de Engenharia, Manufatura e Construção (28%); Ciência (38%); e Agricultura (41%).

EXPECTATIVA E QUALIDADE DE VIDA

O relatório também apresenta uma estimativa da expectativa de vida, aos 30 anos, das pessoas a

partir do nível máximo de educação atingido. Essa tabela não traz dados do Brasil. Na média da OCDE uma pessoa com curso superior ou pós-graduação pode esperar viver 53 anos além dos 30, enquanto que alguém com apenas ensino médio tem uma expectativa de 50 anos além dos 30 e uma pessoa sem o colegial pode esperar mais 47 anos.

O efeito é mais pronunciado entre as mulheres: elas ganham quase 55 anos além dos 30 ao completar o ensino superior; 53 ao completar o médio e 50, caso cheguem aos 30 anos sem ter feito curso de nível médio.

Ter feito curso superior também aumenta a participação política, com 86% dos adultos com nível universitário sendo eleitores na OCDE, ante 78% dos cidadãos com ensino médio e 71% dos sem nível colegial. **(C.O.)**

Modelo brasileiro de universidade pública pode ser insustentável, diz especialista

PARA PHILIP ALTBACH, DO BOSTON COLLEGE, SISTEMA DE FINANCIAMENTO ESTATAL E ENSINO GRATUITO SOFRE PRESSÃO CRESCENTE

O modelo brasileiro de educação superior pública, no qual o Estado arca com todas as despesas e os estudantes nada pagam, poderá se mostrar insustentável no cenário que se desenha para o setor no século 21, advertiu Philip Altbach, diretor do Center for International Higher Education e editor da publicação especializada *International Higher Education* (IHE), ambos do Boston College (EUA). “Em minha opinião, instituições como a Unicamp são, aparentemente, insustentáveis

no longo prazo”, disse ele.

Altbach falou sobre os principais desafios da educação superior no século XXI na 1ª Escola Zeferino Vaz de Educação Superior, realizada pela Unicamp em julho. Ele fez o comentário sobre o modelo brasileiro ao discorrer

Para Altbach, eleição não é a melhor forma de escolher o reitor de uma universidade

sobre o desafio trazido pela tendência de privatização das universidades públicas em várias partes do mundo, incluindo os EUA. “Não se vê muito disso no Brasil, hoje, mas talvez esteja no futuro de vocês”, declarou.

A questão da privatização liga-se a outro dos desafios mencionados por Altbach, o do financiamento das instituições de educação superior frente à pressão pela massificação do setor. Ele diagnosticou uma mudança na perspectiva que as sociedades têm em relação à educação

superior – que estaria deixando de ser vista como um “bem público”, isto é, algo que beneficia a sociedade como um todo e, portanto, faz jus a um forte investimento público, e passando a ser encarada como um “bem privado”, algo que beneficia principalmente o detentor do diploma.

Se a educação de terceiro grau é agora vista como um benefício particular concedido ao estudante, o forte investimento público no setor passa a ser questionado, ainda mais num cenário de contração econômica global, que vai afetar a capacidade dos países de sustentar seus sistemas de educação superior.

Dadas estas condições, Altbach destacou, como outro desafio, a sustentabilidade da pesquisa básica, que não gera tecnologia ou patentes de imediato. “Como a pesquisa básica vai sobreviver nesta era de parcerias com a indústria e de pressão, em muitos países, por mais pesquisa aplicada? Mas precisamos da pesquisa básica, porque é dela que surgem as novidades. Este é um desafio significativo”.

GOVERNANÇA

Altbach também citou o desafio da profissionalização da governança. Ele afirmou que a eleição não é a melhor forma de escolher o reitor de uma universidade. “Eleger reitores, diretores, chefes de departamento é

uma má ideia”, afirmou.

“Universidades são, hoje, organizações complexas, com grandes orçamentos. Elas merecem uma administração profissional. Merecem liderança.” Segundo Altbach, o sistema de eleição não traz liderança, visão estratégica e continuidade administrativa.

‘Precisamos de sistemas de contratação de professores e pesquisadores mais flexíveis, que permitam atrair pessoas de talento e remunerá-las como merecem’

A falta de profissionalização dos níveis intermediários da administração universitária, acrescentou, muitas vezes acaba impedindo que a visão estratégica da alta administração seja executada.

MASSIFICAÇÃO

“O fato central da educação superior global, no fim do século 20 e início do século 21, é a massificação, o aumento das matrículas e do acesso em todo o mundo”, declarou ele. “Isto é inevitável e não pode ser impedido”, afirmou ainda.

Ele lembrou que muitos países desenvolvidos já atingiram o pleno acesso à educação supe-

rior, com cerca de 80% da população da faixa etária adequada com acesso a faculdades e universidades. “No mundo rico, há pouco espaço para expansão”, disse.

Já no mundo em desenvolvimento, ainda há muito espaço para crescimento: dentro de 25 anos, disse, China e Índia responderão por mais de 60% de todas as matrículas em educação superior do mundo, e não apenas por conta de suas grandes populações, mas também porque as taxas de acesso atuais são muito baixas: na Índia, a parcela da população da faixa etária adequada com acesso à educação superior é de 10% e, na China, de 25%.

“Existem enormes pressões, vindas tanto da elite quanto da base da sociedade, sobre a maioria dos sistemas de educação superior”, ponderou. “Ao mesmo tempo em que os sistemas têm de lidar com a pressão pela massificação do acesso, na base, também há uma tremenda pressão pela expansão da educação superior de classe mundial, que é uma questão das elites”.

O editor do *IHE* disse ainda que a massificação traz o desafio de qualificar e recompensar adequadamente os professores. “Precisamos de sistemas mais flexíveis, que permitam atrair pessoas de talento e remunerá-las como merecem. Este é mais um desafio.” (C.O.)